

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ainda não acabou

O Congresso pode até concluir a votação da reforma tributária este ano, mas os setores que se consideram injustiçados não vão se dar por derrotados. Preocupados com a carga tributária excessiva que sairá da proposta votada no Senado, representantes de diversas áreas prometem voltar à arena de discussões no ano que vem, quando estará em debate a definição das alíquotas em lei ordinária.

Pode isso, Arnaldo?

Técnicos do Senado que fizeram as contas consideram que a exclusão das armas do imposto seletivo deixará esse produto com uma alíquota menor do que a cobrada das floriculturas.

Trabalhos de Leila

O trabalho para a manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está a pleno vapor. Com a tendência do relator Isnaldo Bulhões (MDB-AL) em apoiar o projeto que veio do governo, a senadora Leila Barros (PDT-DF) vai se reunir com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações institucionais) a fim de tentar reverter na fonte.

O jeito é dialogar

A senadora está estudando os dados para saber exatamente qual será o impacto do corte do FCDF nos serviços locais e quanto isso custa para o Governo. “Internamente com o governo, tenho feito meu papel. De mostrar minha insatisfação e preocupação, e conversar o tempo todo com eles”, disse. O fim de semana será intenso, uma vez que Isnaldo apresentará seu parecer na próxima semana.

Pesquisa deixa Tarcísio mais focado em São Paulo

A um ano e meio da definição dos candidatos à Presidência da República em 2026, a pesquisa Quaest desta semana serve apenas para orientar os personagens da história que ainda virá. E nesse sentido, Tarcísio Gomes de Freitas pisa no freio em relação a especulações de que seria o principal nome para substituir o ex-presidente Jair Bolsonaro. O governador de São Paulo só entrará numa eleição presidencial se Luiz Inácio Lula da Silva ou um representante do PT estiver com ares de derrotado logo na largada. A preços de hoje, não é o caso, uma vez que o levantamento da

Quaest apontou o presidente da República ou seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como favoritos para a corrida de 2026.

» » »

Tarcísio vai se dedicar à pré-campanha para permanecer mais quatro anos como governador. Tem essa perspectiva, ao contrário de outros governadores pré-candidatos, como Ratinho Júnior, do Paraná, Ronaldo Caiado, de Goiás, e Romeu Zema, de Minas Gerais.



CURTIDAS

A visão deles/ Numa roda de senadores, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não titubeou ao mencionar o discurso do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, na 6ª edição do STF em Ação, do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja): “Era o que faltava. O ministro agora quer decidir sobre o que se pode dar piti e o que não pode. A que ponto chegamos”, disse.

Se você não viu.../ No Jeja, referindo-se à questão das emendas, Dino afirmou em tom de crítica que um Poder não pode ficar “dando escândalo” quando outro decide. “Tinha visto democracia social, democracia liberal, mas ‘democracia do piti’, nunca”.

Grito de comemoração/ Os técnicos do Ministério da Fazenda — entre eles o secretário especial da reforma tributária, Bernard Appy — foram os que mais comemoraram a aprovação do projeto. Dentro do plenário do Senado, muitos deles aplaudiram e se abraçaram, comemorando o dever cumprido depois de meses trabalhando no texto.

Por falar em comemorações.../ Quem achou que a emenda que colocaria armas e munição no “imposto do pecado” tinha sido acatada foi o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). Até comemorou, mas então viu que, mesmo a maioria votando pela inclusão, os votos não foram suficientes. Por isso, a emenda foi rejeitada, mantendo os itens de fora. “Me enganei. Esqueci que precisava de 41 votos. É por causa da fome”, comentou, rindo.

Wagner Cesário Fotografia



Espírito natalino/ O ex-senador Eduardo Suplicy (foto) participou de surpresa de um concerto que reuniu os corais da Câmara, do Itamaraty e da Controladoria-Geral da União (CGU). Ele estava pelo Itamaraty e pediu ao grupo que o acompanhasse cantando “Blowin’ In The Wind”, de Bob Dylan. Deputado estadual por São Paulo, Suplicy sempre que pode canta. Sua performance emocionou integrantes do coral e o público.

CONGRESSO

Tudo vai direto ao plenário

Para agilizar trabalho e fechar calendário de votações até dia 20, Lira decide que matérias não passarão pelas comissões

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de ter marcado sessões no Plenário da Câmara de segunda a sexta-feira, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), proibiu a realização de qualquer reunião de comissão. O objetivo é concentrar a presença dos deputados apenas no plenário até 20 de dezembro, último dia do trabalho do Legislativo este ano.

Os deputados precisam aprovar o pacote de corte de gastos (três textos estão na Casa) e o texto da reforma tributária, que passou pelo Senado. Além disso, os parlamentares precisam, juntamente com os senadores, aprovar os instrumentos do Orçamento de 2025: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que ficaram para a próxima semana.

“O presidente da Câmara dos Deputados resolve determinar que o período de 12 a 20 de dezembro de 2024 será destinado exclusivamente à discussão e à votação de matérias no Plenário”, frisa a decisão assinada por Lira.

Nesta semana, o presidente da Câmara voltou a afirmar que o governo não tem votos para aprovar o pacote de corte de gastos proposto pela equipe econômica. A aprovação da urgência, na semana passada, foi apertada, e tanto Lira quanto os demais parlamentares seguem insatisfeitos com a velocidade da liberação das emendas — apesar do decreto baixado pelo governo destinando mais de R\$ 6 bilhões para as iniciativas dos parlamentares.

Indagado a respeito da velocidade da liberação dos recursos, e se isso está emperrando

as conversas, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), esquivou-se. “Fale com a SRI [Secretaria de Relações Institucionais, comandada por Alexandre Padilha]”, respondeu. A liberação de recursos ainda enfrenta impasses sobre as regras de transparência.

Corte de gastos

Enquanto não há acordo para votar os textos do pacote de corte de gastos, os relatores dos projetos negociam as demandas das bancadas com o governo. O deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), relator do PL 4.614/24 — que contém algumas das principais medidas do pacote —, se reuniu ontem com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Conforme salientou, os pontos de maior resistência dos deputados são as mudanças nas regras do salário mínimo, do Fundo Constitucional do Distrito Federal e o endurecimento das normas para a concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O desafio, segundo o relator, é atender às demandas das bancadas sem prejudicar o corte de gastos. “O salário mínimo tem se consolidado (como maior preocupação dos deputados). O FCDF tem demandado um debate mais profundo, assim como alguns pontos no BPC. A gente não pode, de forma alguma, flexibilizar o projeto, a ponto de não ter feito mudanças. Também tem que atender às bancadas naquilo que acham de grande importância”, afirmou Isnaldo.

“Acho que estamos prontos para dar os próximos passos, seguir avançando e concluir, nesse curto espaço de tempo, a votação neste ano”, acrescentou Durigan.

Gustavo Moreno/SCO/STF



[O Parlamento] não quer pagar o preço social das suas decisões, e empurra tudo para o Supremo”

Ministro Luiz Fux

Tinha visto democracia social, mas ‘democracia do piti’, nunca”

Ministro Flávio Dino

Fux, Dino e Moraes criticam Parlamento

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), fizeram ontem duras críticas ao Congresso, onde parte dos parlamentares — sobretudo os bolsonaristas — mantém uma permanente campanha de desgasto do Judiciário com projetos de lei e propostas de emenda constitucionais que tentam limitar a atuação dos magistrados. Para Fux, o Legislativo “empurra” para o STF temas que não quer discutir. Dino, por sua vez, classifica os seguidos ataques à Corte como “democracia do piti”. E Moraes afirmou que “populismo extremista” utiliza mecanismos nazifascistas para “corroer o sistema por dentro”.

As críticas foram na 6ª edição

do evento *STF em Ação*, promovido pelo Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados. O primeiro a criticar o Congresso foi Fux, que classificou as sucessivas mudanças na legislação como “orgias legislativas”.

Segundo o ministro, o Parlamento “não quer pagar o preço social das suas decisões, e empurra tudo para o Supremo. O Supremo, segundo a cláusula constitucional, é obrigado a decidir, porque nenhuma lesão ou ameaça deve escapar à apreciação do Judiciário”.

Dino manteve o tom das críticas. Ao abordar a decisão que tomou que emperrou o pagamento de emendas parlamentares — cobrou transparência na autoria e na destinação dos recursos —, frisou que a “democracia do piti” dificulta o trabalho do Supremo.

“Como é que um Poder ficando escândalo toda vez que o outro decide? Tinha visto democracia social, democracia liberal, mas ‘democracia do piti’, nunca. O Supremo não pode decidir mais nada porque as pessoas dão escândalo. Nunca podemos pretender um Judiciário amordaçado”, advertiu, acrescentando que a decisão sobre as emendas foi validada pelos outros 10 ministros da Corte.

Alvo do bolsonarismo desde quando exerceu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Moraes salientou que o “populismo extremista” utiliza mecanismos do nazifascismo para “corroer o sistema por dentro”. Segundo o ministro, o fomento do radicalismo “aproveita dos desgostos, das desilusões e dos temores” das pessoas para persuadi-las.

“Estamos com o crescimento de um populismo extremista muito grande, principalmente de extrema direita, que aprendeu com os erros estratégicos dos regimes nazista e fascista. Em vez de dizer que a democracia é ruim, dizem que os instrumentos da democracia estão sendo fraudados. Em vez de dizer que a mídia e a liberdade de imprensa são ruins, dizem que a mídia está deturpando a liberdade de expressão”, explicou.

Moraes chamou a atenção para a “contaminação política” das instituições do Estado. “Não é possível misturar Forças Armadas, polícias, Judiciário, Ministério Público com questão eleitoral. Não deu certo”, afirmou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi